

NOAM CHOMSKY

ENTREVISTAS POR
C. J. POLYCHRONIOU

OTIMISMO E NÃO DESESPERO

CAPITALISMO, IMPÉRIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

«O maior intelectual da esfera pública.»

The Observer

ÍNDICE

9 Introdução

11 Parte I

- O desmantelamento da sociedade americana e um mundo em transição, 13
Horrores indescritíveis: a fase mais recente da «guerra contra o terror», 27
O império do caos, 37
Lutas globais por dominância: Estado Islâmico, NATO e Rússia, 43
Estará a integração europeia a desemaranhar-se?, 52
Burquínis interditos, novo ateísmo e veneração estatal: religião na política, 60
Construir visões de «paz perpétua», 68
Entretanto, tudo corre bem aos ricos e poderosos, 82
Conseguirá a civilização sobreviver ao «capitalismo realmente existente?», 90
-

101 Parte II

- A América na Era Trump, 103
A base republicana está fora de controlo, 122
Eleição de 2016 deixa os EUA em risco de «catástrofe total», 128
Trump na Casa Branca, 135
O aquecimento global e o futuro da Humanidade, 147
A longa história da intromissão americana em eleições estrangeiras, 152
O legado da administração Obama, 161
Socialismo para os ricos, capitalismo para os pobres, 170
O sistema de saúde dos EUA é um escândalo internacional
(e repelir o ACA só vai piorar a situação), 176
Os perigos de uma educação gerida por mercados, 185
-

191 Parte III

- Anarquismo, comunismo e revoluções, 193
Estarão os EUA prontos para o socialismo?, 201
Porque escolho o otimismo e não o desespero, 207

216 Notas

INTRODUÇÃO

As entrevistas que perfazem este volume apresentam os pontos de vista do principal pensador crítico vivo acerca das consequências da globalização capitalista e de uma multitudine de outros assuntos, registados em conversa com o abaixo-assinado no decorrer dos últimos quatro anos – desde o final de 2013 aos inícios de 2017, para ser mais exato – e originalmente publicados na *Truthout*.

Noam Chomsky tem sido a «consciência moral da América» ao longo de mais de meio século, sendo o pensador crítico mais reconhecido a nível global (ainda que permaneça largamente desconhecido do público norte-americano), desafiando consistentemente as agressões americanas e defendendo os direitos dos fracos e oprimidos em todo o mundo, desde a Guerra do Vietname até aos dias de hoje. As suas análises são sempre sustentadas por factos indiscutíveis e guiadas por considerações morais convictas acerca da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da decência humana.

A voz de Chomsky permanece (quase singularmente) como um farol de esperança e otimismo nestes tempos obscuros – uma era de desigualdade económica sem precedentes, autoritarismo em ascensão e darwinismo social, com uma esquerda que voltou as costas à luta de classes.

Há já algum tempo que temos vindo a observar fortes e claros indícios, ao largo de todo o espetro político e socioeconómico das sociedades ocidentais avançadas, de que as contradições da globalização capitalista e das políticas neoliberais a ela associadas ameaçam libertar forças poderosas com a capacidade de produzir não só desfechos altamente destrutivos ao crescimento e à prosperidade, à justiça e à paz social, mas também

consequências concomitantes para a democracia, para o ambiente e para a civilização humana enquanto todo.

Para Chomsky, ainda assim, o desespero não é opção. Por mais horrível que nos pareça a atual situação global, os esforços de resistência à opressão e à exploração nunca deixaram de dar frutos, mesmo em épocas bem mais obscuras do que a nossa. De facto, a «contrarrevolução» trumperista nos Estados Unidos trouxe já à superfície uma variedade de forças sociais determinadas a fazer frente ao autocrata; portanto, o futuro da resistência no país mais poderoso do mundo aparenta ser mais promissor do que em muitas outras regiões avançadas do mundo industrializado.

Neste contexto, as entrevistas aqui reunidas constituem, a nosso ver, uma obra de elevada importância crítica. Foram originalmente comissionadas e editadas por Maya Schenwar, Alana Yu-lan Prince e Leslie Thatcher para publicação em artigos individuais na *Truthout*. É nossa esperança que esta antologização possa contribuir para a introdução das ideias e pontos de vista de Noam Chomsky a uma nova geração de leitores, mantendo sempre a fé na capacidade humana de organizar resistência tenaz às forças políticas da escuridão e, derradeiramente, alterar o curso da História para melhor.

C.J. Polychroniou
março de 2017

PARTE I

O DESMANTELAMENTO DA SOCIEDADE AMERICANA E UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

C.J. POLYCHRONIOU: O Noam afirmou que a ascensão de Donald Trump se deve largamente ao desmantelamento da sociedade americana. Que quer exatamente dizer com isto?

NOAM CHOMSKY: As parcerias público-privadas dos últimos 35 anos produziram efeitos devastadores sobre a maioria da população, dos quais a estagnação, o declínio e um íngreme aumento na desigualdade representam apenas os resultados mais diretos. Tudo isto criou medo nas pessoas e incutiu-lhes sentimentos de isolamento e desamparo – vítimas de forças poderosas que não conseguem compreender e ainda menos influenciar. O desmantelamento não é causado pela legislação económica. São as políticas, uma espécie de guerra de classes iniciada pelos ricos e poderosos contra os trabalhadores e os pobres. É isto que define o período neoliberal, não só nos Estados Unidos mas também na Europa e em outras regiões.

Trump apela àqueles que se apercebem e vivenciam este desmantelamento da sociedade americana – a sentimentos profundos de raiva, medo, frustração, desespero, e provavelmente entre setores da população que têm registado aumentos na mortalidade, algo previamente inédito, tirando em períodos de guerra.

A guerra de classes continua tão voraz e unilateral como sempre. A governação neoliberal dos últimos 30 anos, independentemente de se tratar de uma administração republicana ou democrata, intensificou imensamente os processos de exploração e cavou fossos cada vez mais profundos entre quem tudo ou nada tem na sociedade americana. Além disso, não vejo a política de classes neoliberal

em recuo, apesar das diversas oportunidades que se têm apresentado desde a última crise financeira e de termos tido um democrata centrista na Casa Branca.

As classes empresariais, que em larga medida mandam no país, estão altamente conscientes da noção de classe. Não será uma distorção descrevê-las como vulgares marxistas cujos valores e compromissos foram invertidos. Não foi senão há 30 anos que o dirigente do sindicato mais poderoso do país reconheceu e criticou a «luta de classes unilateral» que é travada incessantemente pelo tecido empresarial. Essa luta teve sucesso na obtenção dos resultados que refere. Ainda assim, as políticas neoliberais estão a dar as últimas. Como acabaram por ferir os mais poderosos e privilegiados, que à partida só as haviam aceitado parcialmente para si próprios, já não poderão ser consideradas sustentáveis.

É notável observar que as políticas que os ricos e poderosos adotam para si próprios são o preciso oposto daquelas que ditam aos fracos e aos pobres. Assim, quando a Indonésia sofre uma grave crise financeira, as instruções do Departamento do Tesouro dos EUA (através do Fundo Monetário Internacional, o FMI) vão no sentido de que pague a sua dívida (ao Ocidente), que aumente as taxas de juro e consequentemente abrande a sua economia (de forma que empresas do Ocidente possam adquirir os seus ativos), e todo o resto do dogma neoliberal. Para nós mesmos, a política é esquecer a dívida, reduzir as taxas de juro a zero, nacionalizar (embora jamais utilizando tal palavra), despejar fundos públicos nos bolsos das instituições financeiras, e por aí fora. É também notável que este contraste dramático passe tão despercebido, tal como o facto de não deixar de estar em conformidade com os registos da História da Economia desde há séculos sem fim, sendo esta uma causa primária da cisão entre o Primeiro e o Terceiro mundos.

Até agora, a política de classes tem sofrido apenas ataques marginais. A administração Obama escusou-se a tomar quaisquer medidas que pudessem ter terminado ou revertido o ataque aos sindicatos. Obama chegou mesmo a indicar indiretamente o seu apoio a este ataque, e fê-lo de formas bastante interessantes. Vale a pena recordar que a sua primeira visita de demonstração de solidariedade para com os trabalhadores (ou aquilo a que chamamos «classe média» na retórica americana) foi à fábrica da Caterpillar no Estado do Illinois. Lá apareceu ele, apesar dos

múltiplos apelos feitos por organizações religiosas e de defesa dos direitos humanos delatando o papel grotesco que a Caterpillar desempenha nos territórios ocupados por Israel, onde serve como instrumento primário na devastação das terras e aldeias das «pessoas erradas».

A todos parece ter escapado que a Caterpillar, tendo aplicado as políticas antilaborais de Reagan, se tornou na primeira corporação industrial em múltiplas gerações a quebrar um sindicato poderoso, ao雇用 fura-greves, numa violação radical das convenções laborais internacionais. Isto deixou os Estados Unidos isolados no mundo industrial, sendo o único outro exemplo o *apartheid* sul-africano, ao tolerar práticas tão nefastas para os direitos dos trabalhadores como para a própria democracia. Suponho que, agora, os Estados Unidos estarão mesmo sozinhos. É difícil crer que tal escolha tenha sido acidental.

Existe uma crença generalizada, pelo menos entre alguns conhecidos analistas políticos, de que as grandes questões não definem as eleições americanas – ainda que a retórica seja que os candidatos devem entender a opinião pública para assim melhor cortejarem o eleitorado – e sabemos, é claro, que os meios de comunicação difundem uma miríade de informação falsa ou incorreta acerca de questões críticas (record-se o papel dos mass media antes e durante o lançamento da Guerra do Iraque), ou que se escusam a difundir quaisquer informações acerca de outras (como nas questões laborais, por exemplo).

Ainda assim, há fortes indícios de que o público americano demonstra interesse pelas grandes questões sociais, económicas e de política externa que o país enfrenta. A título de exemplo, de acordo com um estudo publicado há alguns anos pela Universidade do Minnesota, os Americanos nomearam o sistema de saúde como um dos problemas mais graves a confrontar a sociedade. Sabemos também que uma vastíssima maioria dos americanos é a favor dos sindicatos. Ou ainda que igual número considera a dita «guerra contra o terror» um falhanço absoluto.

À luz de tudo isto, qual a melhor forma de entendermos a relação entre os meios de comunicação, a política e o público na sociedade americana contemporânea?

Está bem estabelecido que as campanhas eleitorais são desenhadas de forma que marginalize as questões, focando-se antes nas personalidades, no estilo retórico, na linguagem corporal, e por aí fora. E há boas razões para que isto aconteça. Os gestores partidários leem sondagens e estão

bem cientes de que, na maioria das questões de importância, ambos os partidos se encontram muito mais à direita do que a população — sem surpresas; são ambos, afinal, partidos pró-empresariais. As sondagens mostram que uma larga maioria dos americanos está descontente com isto, mas são estas as únicas duas opções que lhes são oferecidas num sistema eleitoral orientado para o negócio, em que o candidato com mais financiamento sai quase invariavelmente vencedor.

Da mesma forma, os consumidores poderão preferir um sistema de transportes públicos decente a ter de optar entre dois automóveis, mas essa opção não nos é apresentada pelos publicitários — nem, já agora, pelos mercados. Os anúncios televisivos não providenciam informação acerca dos produtos; ao invés, providenciam ilusão e imagética. As mesmas firmas de relações-públicas que procuram subverter os mercados ao assegurar que consumidores desinformados fazem escolhas irracionais (contrárias às teorias económicas abstratas), procuram de igual modo subverter a democracia. Os gestores desta indústria estão todos bem cientes de tudo isto. Desde a época de Reagan que os líderes da indústria se gabam na imprensa dos candidatos que mercantilizam como qualquer outro bem de consumo, e este foi o seu maior sucesso até à data, que já se prevê vir a servir de modelo para executivos corporativos e para a indústria de marketing do futuro.

Mencionou o estudo do Minnesota acerca do sistema de saúde. É um resultado perfeitamente típico. Há décadas que as sondagens posiciionam os cuidados de saúde no cume ou em posições de topo na lista de preocupações públicas dos Americanos — o que não surpreende, tendo em conta o falhanço desastroso do sistema, com o dobro dos custos *per capita*, em relação a sociedades comparáveis e com alguns dos piores desfechos em registo.

As sondagens mostram igualmente, e de forma consistente, que largas maiorias querem um sistema nacionalizado, o denominado «pagador unitário», semelhante ao sistema praticado pela Medicare para os idosos e muito mais eficiente que os sistemas privatizados ou que o sistema introduzido por Obama. Quando este assunto é levantado, o que já de si é raro, é apelidado de «politicamente impossível» ou «com fraco apoio político», o que significa que as indústrias seguradoras e farmacêuticas, bem como outras que beneficiam do sistema instituído, se opõem à ideia.

Ganhámos uma perspetiva interessante sobre o modo de funcionamento da democracia americana quando, em 2008, ao contrário do que aconteceu em 2004, os candidatos democratas — primeiro Edwards, depois Clinton e Obama — apresentaram propostas que começavam a aproximar-se minimamente daquilo que a população desejava há décadas. Porquê? Não se deveu a uma alteração nas suas atitudes públicas, que permaneceram inalteradas. Ao invés, as indústrias de manufatura têm vindo a sofrer com os altíssimos custos e baixíssima eficiência do sistema de saúde privatizado, além dos enormes privilégios garantidos na lei às indústrias farmacêuticas. Quando um destes setores de concentração de capital favorece um qualquer programa, este torna-se «politicamente possível» e dispõe de «forte apoio político». Será igualmente esclarecedor que também estes factos passem tão despercebidos.

A situação é a mesma quanto a muitas outras questões, tanto domésticas como internacionais.

Há muito que os lucros dos ricos e das corporações regressaram a níveis anteriores aos da erupção da crise financeira de 2008. No entanto, a economia norte-americana enfrenta uma miríade de problemas, e o único que parece merecer a atenção dos académicos e dos analistas financeiros é o da dívida externa. De acordo com os analistas convencionais, a dívida norte-americana já se encontra fora de controlo, e é por isso que se têm oposto consistentemente aos pacotes de estímulo financeiro destinados a promover o crescimento, argumentando que tais medidas servem apenas para enterrar os Estados Unidos em mais dívida ainda. Qual será o impacto provável de uma dívida galopante na economia norte-americana e na confiança dos investidores estrangeiros na eventualidade de uma nova crise financeira?

Ninguém sabe ao certo. A dívida já foi bem mais alta no passado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Mas isso foi ultrapassado graças ao incrível crescimento financeiro garantido pela economia do Comando em tempos de guerra. Sabemos, portanto, que, se os estímulos governamentais sustentarem o crescimento económico, a dívida pode ser controlada. Existem outros mecanismos, como a inflação, mas, de resto, andamos todos às aranhas. Os nossos principais financiadores, como a China, o Japão e os produtores de petróleo, poderão perfeitamente

decidir transferir os seus fundos para um país que lhes garanta lucros mais elevados. Mas são poucos os sinais de que tais desenvolvimentos estejam em curso ou venham a acontecer. Estes países têm um interesse considerável em suster a economia norte-americana, para assim protegerem as suas próprias exportações. Não há como fazer previsões de confiança, mas parece-me claro que todo o mundo se encontra numa situação débil, para não dizer pior.

O Noam parece acreditar, ao contrário de tantos outros, que os Estados Unidos mantêm o seu estatuto global de superpotência económica, política e, é claro, militar, mesmo após a mais recente crise financeira. Eu partilho dessa mesma impressão, uma vez que as restantes economias mundiais não só se encontram incapazes de desafiar a hegemonia norte-americana como olham para os Estados Unidos enquanto salvador da economia global. Quais as vantagens competitivas que observa no capitalismo norte-americano e que não estão presentes na economia da União Europeia ou das potências emergentes na Ásia?

A crise financeira de 2007-2008 originou-se, em larga medida, nos Estados Unidos, mas os seus principais concorrentes — a Europa e o Japão — acabaram por sofrer muito mais severamente, tendo os Estados Unidos permanecido como território escolhido pelos investidores que procuravam segurança em tempos de crise. As vantagens dos Estados Unidos são substanciais. Temos abundantes recursos internos. Estamos unificados, que é um factor importante. Até à Guerra Civil Americana, na década de 60 do século XIX, a expressão «Estados Unidos» era plural, como continua a ser nas línguas europeias. Mas, desde então, a expressão passou a singular no inglês corrente. As políticas desenhadas em Washington pelo poder estatal e pelas concentrações de capital aplicam-se ao país inteiro. Na Europa, isto é muito mais difícil de conseguir. Um par de anos após a erupção desta última crise financeira global, um dos grupos de trabalho da Comissão Europeia emitiu um relatório a dizer que «a Europa precisa de novos mecanismos para monitorizar o risco sistémico e coordenar a supervisão das instituições financeiras ao largo da manta de retalhos que compõe a região supervisionada», e, apesar de o grupo ser chefiado por um antigo banqueiro central francês, «parou bem aquém de sugerir um único guardião europeu» — algo que os Estados Unidos podem oferecer

sem qualquer esforço e que, para a Europa, segundo o líder do grupo de trabalho, seria «uma missão praticamente impossível». Diversos analistas, incluindo o *Financial Times*, descreveram este objetivo como politicamente impossível, «um passo demasiado grande para muitos Estados-membros relutantes em ceder autoridade nesta área». Existem muitas outras vantagens decorrentes da unidade. Alguns dos efeitos nefastos do falhanço europeu em coordenar as reações à crise têm sido debatidos em larga escala pelos economistas europeus.

As raízes históricas destas diferenças entre a Europa e os Estados Unidos são bem conhecidas. Séculos de conflito impuseram um sistema de Estados-nação na Europa, e a experiência da Segunda Guerra Mundial convenceu os Europeus a abandonar o seu tradicional desporto sanguinário de se trucidarem uns aos outros, porque a tentativa seguinte seria seguramente a final. Temos assim aquilo a que os cientistas políticos chamam uma «paz democrática», apesar de não se perceber muito bem o que é que a democracia tem que ver com o assunto. Os Estados Unidos são, ao invés, um estado formado por colonos que erradicaram a população indígena e relegaram os poucos que restaram para «reservas territoriais», ao mesmo tempo que conquistaram metade do México e, mais tarde, continuaram a expandir-se. Muito mais do que na Europa, a riqueza da nossa diversidade interna foi destruída. A Guerra Civil cimentou a centralização da autoridade e da uniformidade em muitos outros domínios: uma língua nacional, padrões culturais, parcerias público-privadas que desenvolveram gigantescos projetos de engenharia social como a suburbanização da sociedade, o subsídio em massa de projetos centrais de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e muitos outros.

As novas economias emergentes na Ásia estão pejadas de problemas desconhecidos no Ocidente. Sabemos mais acerca da Índia do que da China, uma vez que se trata de uma sociedade mais aberta. Não é por acaso que se encontram no 130.º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano, sendo que terão tendência a melhorar desde a implementação parcial de medidas neoliberais; a China encontra-se em 90.º lugar, e pior ainda estaria caso soubéssemos mais acerca dela. Isto limita-se a raspar a superfície. No século XVIII, a China e a Índia eram os maiores centros industriais e comerciais do mundo, com sofisticados sistemas de mercado, níveis de saúde pública elevados quando comparados com o resto

do mundo, e não só. Mas a conquista imperial e as políticas económicas – intervenção estatal para os ricos e o mercado livre enfiado pela goela abaixo dos pobres – deixaram-nas em condições miseráveis. Será digno de nota que o único dito «país do Sul» a prosperar tenha sido o Japão, o único que não havia sido colonizado. Esta correlação não é acidental.

Os Estados Unidos continuam a ditar as políticas do FMI?

É uma questão opaca, mas, pelo menos no meu entendimento, é suposto que os economistas do FMI ajam, ou possam talvez agir, de forma algo independente das figuras políticas. No caso da Grécia e da austeridade em geral, os economistas emitiram pareceres e relatórios altamente críticos dos programas de Bruxelas, mas o lado político parece tê-los ignorado por completo.

Na frente da política externa, a «guerra contra o terror» parece ter-se tornado num empreendimento de duração infinita em que, como a mítica besta Hidra, nascem duas novas cabeças sempre que uma delas é cortada. A intervenção violenta será capaz de erradicar organizações terroristas como o Estado Islâmico, também conhecido como Daesh?

Logo após a sua investidura, Obama expandiu as forças de intervenção e elevou as guerras no Afeganistão e no Paquistão a um novo patamar, tal como havia prometido durante a campanha presidencial. Havia opções pacíficas, algumas recomendadas até nos meios de informação convencionais como, por exemplo, a revista *Foreign Affairs*. Mas estas nunca foram tidas em consideração. A primeira mensagem do presidente afegão Hamid Karzai a Obama, que ficou por responder, foi um apelo ao fim do bombardeamento de civis. Karzai informou ainda uma delegação da ONU de que queria estabelecer um calendário para a retirada das tropas estrangeiras (ou seja, norte-americanas) presentes no país. Tornou-se de imediato numa figura *non grata* em Washington, tendo concomitantemente passado de favorito da imprensa a ser descrito nos meios de comunicação como «inseguro», «corrupto», e por aí adiante – o que seria tão verdadeiro como quando o haviam descrito como «o nosso homem em Cabul». Obama enviou muitos mais soldados e aumentou o nível de

bombardeamentos em ambos os lados da fronteira afegã-paquistanesa – a linha de Durand, uma fronteira artificial estabelecida pelos Britânicos, que corta ao meio as áreas Pashtun e que a população local nunca aceitou. Ao longo dos anos, o Afeganistão tentou frequentemente pressionar a comunidade internacional com o objetivo da obliteração desta linha.

É este o elemento central da «guerra contra o terror». Nunca houve dúvidas de que estimularia o terrorismo, tal como o fez com a invasão do Iraque e tal como acontece sempre que se recorre à força em geral. A força pode ser bem-sucedida. A existência dos Estados Unidos é disso uma excelente ilustração. Outra é o domínio russo sobre a Chechénia. Mas, para que resulte, a força tem de ser esmagadora e existem provavelmente demasiados tentáculos para que se consiga eliminar o monstro terrorista criado em larga medida por Reagan e seus comparsas, e desde então acarinhado por muitos outros. O Estado Islâmico é apenas o mais recente destes tentáculos, tratando-se de uma organização muitíssimo mais brutal do que a Al-Qaeda alguma vez foi. É também diferente no sentido de ter aspirações territoriais. Seria possível dizimá-la através de uma intervenção maciça de forças no terreno, mas isso nunca acabará com a emergência de novas organizações de pendor semelhante. A violência gera sempre mais violência.

A relação dos Estados Unidos com a China tem atravessado diferentes fases ao longo das últimas décadas, a ponto tal que hoje é difícil perceber em que pé nos encontramos. Antecipa uma melhoria ou uma deterioração das futuras relações sino-americanas?

Os Estados Unidos têm uma relação de amor/ódio com a China. Os salários e as condições de trabalho abismais da China, bem como a sua fraca adesão a constrangimentos de ordem ambiental, oferecem enormes benefícios às indústrias de manufatura dos Estados Unidos e do resto do Ocidente, que para lá transferem as suas operações, bem como à gigantesca indústria de retalho, que assim consegue obter bens de consumo muito baratos. Além disso, os Estados Unidos são hoje dependentes da China, do Japão e de outras potências, consideradas essenciais à sustentação da sua economia. Mas a China apresenta também diversos problemas. Para começar, não se deixa intimidar facilmente. Quando os Estados

Unidos abanam o punho à Europa e aos Europeus e lhes manda cortar as relações comerciais com o Irão, em geral, a maioria anui. Já a China não liga muito. Isto é assustador. Temos um longo historial de conjura de ameaças chinesas imaginárias. Esta tradição continua até hoje.

Reconhece na China alguma potencial ameaça aos interesses globais norte-americanos num futuro médio ou próximo?

De entre todas as grandes potências, a China tem sido a mais reservada no uso da força, até relativamente a preparativos militares. Tanto que, há alguns anos, dois dos principais analistas estratégicos norte-americanos – John Steinbrunner e Nancy Gallagher, num artigo na revista da ultrarrrespeitável Academia Americana de Artes e Ciências – apelaram à China para que liderasse uma coligação de nações pacifistas num confronto ao militarismo agressivo dos Estados Unidos que, nas suas palavras, nos conduz «à derradeira perdição». A este respeito, não há praticamente indicações de quaisquer alterações significativas. Mas a China não acata ordens alheias e está a tomar medidas para melhorar o seu acesso à energia e a outros recursos espalhados pelo mundo. Isso constitui uma ameaça.

As relações indo-paquistanesas apresentam-se como um enorme desafio à política externa norte-americana. Considera os Estados Unidos capazes de manter a situação sob controlo?

De forma bastante limitada. E a situação é altamente volátil. A violência em Caxemira é constante e imparável – terror estatal perpetrado pelas autoridades indianas, terroristas baseados no Paquistão, e muito mais, como revelado pelos recentes bombardeamentos em Mumbai [Bombaim]. Existem também possibilidades de reduzir estas tensões. Uma delas é um oleoduto que passa pelo Paquistão com destino à Índia e origem no Irão, a fonte natural de energia da Índia. Presumivelmente, a decisão de Washington de sabotar o tratado de não-proliferação ao oferecer à Índia acesso a tecnologia nuclear terá sido parcialmente motivada pela esperança de armadilhar esta opção, de forma que unisse a Índia a Washington na sua campanha contra o Irão. A mesma questão pode ser levantada em relação ao Afeganistão, onde há muito se discute

a possibilidade do oleoduto TAPI (desde o Turquemenistão, passando pelo Afeganistão e pelo Paquistão, e terminando na Índia), que poderá não ser a questão mais atual, mas certamente presente em pano de fundo. O «grande jogo» do século XIX continua tão vivo como sempre.

Diversos círculos têm expressado a opinião generalizada de que o lóbi israelita dita a política externa dos Estados Unidos no que diz respeito ao Médio Oriente. Será o poder do lóbi israelita tão grande que consegue influenciar diretamente uma superpotência?

O meu amigo Gilbert Achcar, um notável especialista em Médio Oriente e em relações internacionais, descreve essa ideia como «fantasmagórica». E com razão. Não é o lóbi que intimida as indústrias norte-americanas de alta tecnologia a expandir os seus investimentos em Israel, ou que torce o braço ao governo americano para que lá armazene mantimentos destinados a futuras operações militares norte-americanas e à intensificação das suas relações militares e de inteligência.

Quando os objetivos deste lóbi se conformam aos interesses estratégicos e económicos publicamente declarados pelos Estados Unidos, geralmente o lóbi obtém o que quer; a dominação dos Palestinianos, por exemplo, um assunto que pouco interessa aos poderes estatais e corporativos norte-americanos. Quando os seus objetivos divergem, o que acontece com alguma frequência, este lóbi retrai-se ou desaparece, para seu próprio bem, em vez de confrontar o verdadeiro poder.

Concordo em absoluto com a sua análise, mas penso que o Noam também concordará que o lóbi israelita tem uma influência considerável e, para lá das vantagens económicas ou políticas que possa exercer, quaisquer críticas a Israel ainda causam reações de histerismo nos Estados Unidos – sendo que o próprio Noam tem sido alvo frequente de sionistas da direita há já muitos anos. A que devemos então atribuir esta influência intangível do lóbi israelita sobre a opinião pública norte-americana?

Tudo isso é verdade, apesar da tendência decrescente em anos recentes. Não é verdadeiramente uma questão de poder sobre a opinião pública. Se olharmos para os números, a maior fação de apoio às ações israelitas é,

de longe, independente deste lobi — são maioritariamente fundamentalistas cristãos. O sionismo britânico e norte-americano precedeu o Movimento Sionista, baseando-se em interpretações providencialistas de profecias bíblicas. A maioria da população mostra-se favorável à solução do Estado bipartido, indubitavelmente cega ao constante bloqueio unilateral desta via pelos Estados Unidos. Entre os setores mais educados, incluindo os intelectuais judaicos, o interesse em Israel era relativamente inexistente até à sua grande vitória militar de 1967, que acabou por estabelecer a aliança americano-israelita. Isto resultou num grandioso romance entre Israel e as classes intelectuais. O poderio militar de Israel e a aliança americano-israelita provocaram a tentação irresistível de combinar o apoio a Washington com a deificação do poder e dos pretextos humanitários. Mas há que pôr as coisas em perspetiva; as reações a críticas aos crimes norte-americanos são pelo menos tão severas — e frequentemente ainda mais severas — como as reações aos crimes israelitas. Se contasse todas as ameaças de morte que recebi ao longo dos anos, ou as diatribes em jornais de opinião, Israel está longe de ser o fator mais determinante. Este fenómeno não se restringe de forma alguma aos Estados Unidos. Apesar de uma imensa autoilusão, os países da Europa Ocidental não são muito diferentes — apesar, é claro, de estarem bastante mais abertos a críticas das ações norte-americanas. Os crimes de terceiros são sempre bem-vindos, oferecendo oportunidades de postularmos grandiloquentemente acerca dos nossos profundos compromissos morais.

Sob o regime de Erdogan, a Turquia encontra-se num processo neo-otomano de transformação estratégica do Médio Oriente e da Ásia Central. O desenvolvimento desta estratégia «grandiosa» acontece com o apoio ou com a oposição dos Estados Unidos?

A Turquia tem sido, obviamente, um aliado significante dos Estados Unidos, tanto que durante a presidência Clinton se tornou no principal receptor de armamento norte-americano (ficando atrás de Israel e do Egito, mas em diferentes categorias de armamento). Clinton despejou armas atrás de armas na Turquia, para assim ajudar o governo local a levar a cabo uma campanha de assassinatos, destruição e terror contra a sua minoria curda.

Desde 1958, a Turquia é também um valioso aliado israelita, fazendo parte de uma aliança geral de Estados não-árabes, sob a égide norte-americana, encarregada de assegurar o controlo absoluto das principais fontes energéticas do mundo, oferecendo proteção aos ditadores vigentes contra aquilo que designam como «nacionalismo radical» — um eufemismo para as populações locais.

As relações turco-americanas têm sido por vezes alvo de tensões. Isto revelou-se particularmente verdadeiro durante a preparação da invasão norte-americana do Iraque, quando o governo turco anuiu à vontade de 95% da sua população e se recusou a participar, o que instigou a fúria dos Estados Unidos. Paul Wolfowitz foi imediatamente enviado à Turquia para ordenar ao governo desobediente que modificasse o seu comportamento malicioso, que emitisse um pedido de desculpas formal aos Estados Unidos e que reconhecesse o seu dever de prestar apoio à ação norte-americana. Estes eventos bem publicitados não mancharam em qualquer medida a reputação de Wolfowitz como «idealista-chefe» da administração Bush, um homem impiedosamente dedicado à promoção da democracia.

As relações são hoje também algo tensas, apesar não apresentarem uma ameaça à aliança, que se mantém firme. A Turquia tem potenciais relações naturais com o Irão e com a Ásia Central que poderá sentir-se inclinada a fortalecer, o que poderia voltar a incentivar as tensões com Washington. Mas, de momento pelo menos, tal cenário parece muito pouco provável.

Na frente ocidental, os planos de expansão da fronteira oriental da NATO, que remontam à era de Bill Clinton, continuam em vigor?

Um dos maiores crimes de Clinton — e houve muitos — foi, na minha opinião, a expansão oriental da NATO, em clara violação da promessa publicamente feita a Gorbachev pelos seus antecessores, e depois de Gorbachev ter feito a incrível concessão de permitir que uma Alemanha unificada aderisse a uma aliança militar hostil aos seus interesses. Estas provocações extremamente sérias foram continuadas e elevadas por Bush, em conjunto com uma postura militarista agressiva que, como seria de prever, elicitou fortes reações por parte da Rússia. Mas as

linhas vermelhas norte-americanas estão já bem firmadas nas fronteiras russas.

Qual o seu ponto de vista relativamente à União Europeia? De momento, permanece largamente na linha da frente do neoliberalismo e longe de se tornar no reduto da agressão norte-americana. Vê algum sinal de que a UE consiga emergir a alguma altura como um ator construtivo e influente no palco mundial?

Poder, podiam. É uma decisão que cabe unicamente aos Europeus. Alguns favoreceram uma postura independente, como De Gaulle, mas, em larga medida, as elites europeias têm preferido a passividade, seguindo todas e quaisquer posições tomadas por Washington.

HORRORES INDESCRITÍVEIS: A FASE MAIS RECENTE DA «GUERRA CONTRA O TERROR»

Originalmente publicado na *Truthout* em 3 de dezembro de 2015.

C.J. POLYCHRONIOU: *Gostaria de começar por ouvir a sua perspetiva quanto aos mais recentes desenvolvimentos da guerra contra o terrorismo, uma política que remonta aos anos Reagan e que foi subsequentemente transformada numa cruzada islamofóbica por George W. Bush, com custos simplesmente inestimáveis quanto a vidas humanas inocentes e efeitos incrivelmente profundos no direito internacional e na paz mundial. A guerra contra o terrorismo parece estar a entrar numa nova fase, mais perigosa, à medida que outros países se vão atrelando à carruagem, países com agendas e interesses políticos diferentes daqueles dos Estados Unidos e de muitos dos seus aliados. Antes de mais, concorda com esta avaliação da guerra contra o terrorismo e, em caso afirmativo, quais serão as prováveis consequências económicas, sociais e políticas de uma «guerra contra o terror» permanente a nível global, e para as sociedades ocidentais em particular?*

NOAM CHOMSKY: As duas fases da «guerra contra o terror» diferem em quase tudo, exceto num aspeto crucial. A guerra de Reagan foi rapidamente transformada numa sanguinária campanha terrorista, presumivelmente a razão por que terá sido «feita desaparecer». As suas guerras terroristas tiveram consequências hediondas para a América Central, para a África Meridional e para o Médio Oriente. A América Central, enquanto alvo mais direto, continua por recuperar, uma das razões primárias — e raramente mencionadas — da atual crise de refugiados. O mesmo se aplica à segunda fase, redeclarada por George W. Bush 20 anos mais tarde, em 2001. A agressão direta devastou enormes regiões e o terror adotou novas formas, notavelmente a campanha global de assassinatos por drone, que quebra novos recordes nos anais do terrorismo e que, como outros

exercícios afins, consegue gerar terroristas dedicados mais depressa do que é capaz de matar suspeitos.

O alvo da guerra de Bush era a Al-Qaeda. Martelada atrás de martelada — Afeganistão, Iraque, Líbia, e por aí fora —, serviu apenas para expandir o terror jiadista de uma pequena área tribal do Afeganistão para o mundo praticamente inteiro, da África Ocidental e através do Levante até ao Sudoeste Asiático e mais além. Um dos grandes triunfos políticos da nossa História. Entretanto, a Al-Qaeda foi desterritorializada por elementos muito mais nocivos e destrutivos. De momento, o Estado Islâmico detém o recorde da brutalidade monstruosa, mas é seguido de perto por muitos outros contendores. Esta dinâmica, em vigor há muitos anos, foi estudada num importante trabalho do analista militar Andrew Cockburn, no seu livro *Kill Chain*. Cockburn documenta que quando eliminamos um líder sem lidarmos com as raízes e causas do fenómeno, este é tipicamente substituído sem demora por outro mais novo, mais competente e mais sanguinário.

Uma das consequências destes desenvolvimentos «bem-sucedidos» é que a opinião pública mundial considera os Estados Unidos — e com margem considerável — a maior ameaça à paz global. Muito atrás, em segundo lugar, está o Paquistão, uma posição presumivelmente inflada pelo voto indiano. Uma continuação dos «sucessos» do mesmo género poderá resultar numa guerra ainda mais alargada, com um mundo muçulmano inflamado enquanto as sociedades ocidentais, sujeitas à repressão interna e à deterioração dos direitos cívicos, se retorcem sob o jugo de despesas imensuráveis, o que culminaria na realização dos sonhos mais molhados de Osama bin Laden — e mais recentemente do Estado Islâmico.

Na discussão política norte-americana em torno da «guerra contra o terror», a diferença entre as operações abertas e clandestinas foi praticamente erradicada. Entretanto, a identificação de grupos terroristas e a seleção de atores ou de estados que apoiam o terrorismo não só aparentam ser completamente arbitrárias, como em muitos casos os ditos culpados identificados têm questionado a natureza desta «guerra contra o terror», apontando-a como uma distração que justifica a tomada de políticas e ações de conquista global. Por exemplo, se, por um lado, a Al-Qaeda e o Estado Islâmico são inegavelmente organizações terroristas

e assassinas, por outro, o facto de aliados norte-americanos como a Arábia Saudita e o Qatar – e até membros da NATO, como a Turquia – apoiarem ativamente o Estado Islâmico é ignorado ou menosprezado tanto pela classe política como pelos meios de comunicação norte-americanos. Como comentaria esta matéria?

Verificou-se o mesmo nas versões da «guerra contra o terror» de Reagan e de Bush. Para Reagan, ela serviu como pretexto para intervir na América Central, naquilo que o bispo salvadorenho Ribera y Damas, que sucedeu ao assassinado arcebispo Oscar Romero, descreveu como «uma guerra de extermínio e genocídio contra uma população civil desprovida de quaisquer defesas». Passou-se ainda pior na Guatemala e algo de verdadeiramente terrível nas Honduras. A Nicarágua era o único país que tinha um exército a defender-se contra os terroristas de Reagan; nos outros países, eram as forças de segurança os próprios terroristas.

Na África do Sul, a «guerra contra o terror» providenciou o pretexto para apoiar os crimes sul-africanos em casa e na região, com um desfecho horrendo. Afinal, tínhamos de defender a civilização de «um dos mais infames grupos terroristas» do mundo, o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela. O próprio Mandela figurou na lista norte-americana de terroristas conhecidos até 2008. No Médio Oriente, o constructo da «guerra contra o terror» traduziu-se no apoio à invasão sanguinária do Líbano pelos Israelitas, entre muitos outros exemplos. Para Bush, serviu de pretexto para a invasão do Iraque. E assim continua e continua e continua.

O que anda a passar-se na história do terrorismo sírio desafia qualquer descrição. As principais forças no terreno em oposição ativa ao Estado Islâmico parecem ser os curdos, tal como no Iraque, mas ainda assim permanecem na lista terrorista dos Estados Unidos. Em ambos os países, são também o principal alvo dos assaltos da Turquia, nossa aliada na NATO, que também presta apoio à afiliada síria da Al-Qaeda, a Frente Al-Nusra. Estes últimos mal se distinguem do Estado Islâmico apesar de travarem uma disputa territorial. O apoio turco à Al-Nusra atinge níveis tão extremos que, quando o Pentágono enviou para a região umas boas dúzias de soldados que havia treinado, a Turquia terá aparentemente alertado a Frente Al-Nusra, que imediatamente tratou de os eliminar por completo.

Tanto a Al-Nusra como a sua chegada aliada Ahrar Al-Sham recebem também apoio da Arábia Saudita e do Qatar, ambos aliados norte-americanos, e, ao que parece, poderão ainda estar a receber armamento avançado da CIA. Foi reportado que utilizaram armamento antitanque TOW (de «teatro de guerra») oferecido pela CIA para infligir derrotas significativas ao exército de Assad, possivelmente impelindo os Russos a intervir diretamente. As fronteiras da Turquia parecem continuar tolerantes ao fluxo de jihadistas que dão o salto para o Estado Islâmico.

A Arábia Saudita tem sido, há já décadas, um apoiante particularmente ativo dos movimentos jihadistas extremistas, não só do ponto de vista financeiro mas também propagando as doutrinas radicais do islamismo wahhabita através das suas escolas corânicas, dos clérigos e das mesquitas. Não é com pouca justiça que Patrick Cockburn, um correspondente do Médio Oriente, descreve a «wahhabização» do Islão Sunita como um dos mais perigosos desenvolvimentos da nossa era. A Arábia Saudita e os Emirados têm gigantescas forças militares avançadas, mas praticamente não participam na guerra contra o Estado Islâmico. Operam, sim, no Iémen, onde têm criado uma enorme catástrofe humana e muito provavelmente, tal como em épocas anteriores, gerado futuros terroristas a quem possamos apontar a nossa «guerra contra o terror». Entretanto, tanto a região como a sua população vão sendo devastados sem piedade.

Quanto à Síria, a única réstia de esperança parece assentar na negociação entre os diversos elementos envolvidos, com a exclusão do Estado Islâmico. Isto inclui pessoas bastante execráveis, como o presidente sírio Bashar Al-Assad, que não estão dispostas a cometer suicídio de livre vontade e, portanto, precisam de se envolver em negociações se desejam travar esta espiral que culmina no suicídio nacional. Em Viena, começámos finalmente a ver alguns passos trémulos nesta direção. Há muito mais a fazer no terreno, mas é clara a necessidade de ajustes à diplomacia adotada.

O papel da Turquia na dita guerra global contra o terrorismo será certamente visto como um dos gestos mais hipócritas pelos anais da diplomacia moderna, e Vladimir Putin não se coibiu de classificar a Turquia como «cúmplice dos terroristas» em resposta ao abate de um caça russo. Sabemos que o petróleo é a razão

pela qual os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais ignoram, com pleno conhecimento, o apoio de certas nações do Golfo a organizações terroristas como o Estado Islâmico, mas qual a razão para negligenciarmos o questionamento da Turquia relativamente ao apoio que presta ao terrorismo fundamentalista islâmico?

A Turquia sempre foi um importante aliado na NATO, com enorme significado geopolítico. Ao longo dos anos 90 do século XX, enquanto a Turquia cometia algumas das piores atrocidades alguma vez registadas na sua guerra contra a população curda, tornou-se igualmente no maior recipiente de armas americanas — tirando Israel e o Egito, em toda uma categoria à parte. O nosso relacionamento com a Turquia tem sofrido pressões ocasionais, sendo o caso mais notável o ocorrido em 2003, quando o governo adotou a posição de 95% da população turca e recusou juntar-se à invasão norte-americana do Iraque. A Turquia foi severamente condenada pelo seu falhanço em compreender o significado de «democracia». Ainda assim, as relações têm permanecido geralmente bastante próximas. Mais recentemente, os Estados Unidos e a Turquia firmaram um acordo relativamente à guerra contra o Estado Islâmico: a Turquia garantiu aos Estados Unidos acesso às suas bases militares próximas da fronteira síria e comprometeu-se a atacar o Estado Islâmico, mas, ao invés, atacou os seus inimigos curdos.

Apesar de esta perspetiva ser pouco popular com muita gente, a Rússia, ao contrário dos Estados Unidos, parece comedida relativamente ao uso da força. Assumindo que concorda com esta asserção, porque pensa que isto acontece?

São a parte mais fraca. Não têm oitocentas bases militares espalhadas pelo mundo e, portanto, é-lhes impossível intervir em todo o lado ao mesmo tempo, como os Estados Unidos têm vindo a fazer ao longo dos anos, ou levar a cabo ações comparáveis à campanha global de assassinatos do presidente Obama. Verificámos o mesmo ao longo de toda a Guerra Fria, em que a Rússia poderia fazer uso de força militar junto das suas próprias fronteiras, mas nunca poderia ter levado a cabo algo como, por exemplo, as guerras da Indochina.

A França parece ter-se tornado no alvo favorito dos terroristas fundamentalistas islâmicos. Como explica isto?

Na verdade, é muitíssimo maior o número de africanos mortos pelo terrorismo islamista. Mais ainda, o Boko Haram está classificado acima do Estado Islâmico enquanto organização de terrorismo global.¹ Na Europa, o maior alvo tem sido a França, em larga parte por razões que remontam à guerra com a Argélia.

O terrorismo fundamentalista islâmico como o promovido pelo Estado Islâmico tem sido condenado por organizações como o Hamas e o Hezbollah. O que distingue o Estado Islâmico de outras organizações classificadas como terroristas, e o que quer realmente o Estado Islâmico?

Temos de ser cuidadosos quanto ao que denominamos «organizações terroristas». O terror foi utilizado por ativistas antinazis. Foi também utilizado pelo exército de George Washington, tanto que uma boa parte da população fugiu amedrontada pelo nível de violência – já para não falarmos da comunidade indígena, que o apelidava de «destruidor de cidades». É difícil nomear um movimento de libertação nacional que não tenha feito uso do terror. O Hezbollah e o Hamas foram formados em resposta à ocupação e agressão israelitas. Independentemente do critério utilizado, o Estado Islâmico mostra-se bastante diferente. Procuram assegurar território que possam vir a dominar e onde possam estabelecer um califado islâmico. Isto é bastante diferente das outras organizações.

Após o massacre de novembro de 2015 em Paris, o presidente Obama afirmou, numa conferência de imprensa conjunta com o presidente Hollande, que «o Estado Islâmico tem de ser destruído». Pensa que isto é possível? Se sim, como? Se não, porque não?

O Ocidente possui, é claro, a capacidade de exterminar todos aqueles que se encontrem em áreas controladas pelo Estado Islâmico, mas isso nunca seria suficiente para destruir o Estado Islâmico – quando muito, erguer-se-ia em seu lugar algum movimento ainda mais malicioso, de acordo com a dinâmica que explicitei anteriormente. Um dos objetivos

do Estado Islâmico é levar os «cruzados» a uma guerra com todos os muçulmanos. Está nas nossas mãos contribuir para esta catástrofe ou tentar, ao invés, confrontar o problema nas suas raízes, ajudando a estabelecer condições sob as quais a monstruosidade do Estado Islâmico possa ser neutralizada pelas forças internas da região.

A intervenção estrangeira tem-se há muito revelado uma maldição, e é provável que assim continue. Existem propostas sensatas quanto ao modo de proceder nesta rota, como, por exemplo, a proposta de William Polk, um grande investigador do Médio Oriente, com vasta experiência não só na região como também aos mais altos níveis do planeamento governativo norte-americano.² A proposta recebe apoio substancial de investigações extremamente cuidadas acerca do apelo do Estado Islâmico, nomeadamente as de Scott Atran. Infelizmente, será baixa a probabilidade de que tal conselho seja ouvido e acatado.

A economia política das indústrias de guerra norte-americanas parece estar estruturada de forma que as guerras pareçam sempre inevitáveis, algo de que o presidente Dwight Eisenhower estava aparentemente ciente quando nos avisou, no seu discurso de despedida, acerca dos perigos inerentes a um complexo militar-industrial. Na sua perspetiva, o que será necessário para que os Estados Unidos se distanciem deste jingoísmo militarista?

É bem verdade que certos setores da economia beneficiam desse «jingoísmo militarista», mas não me parece que seja esta a sua causa principal. Existem considerações da maior importância geoestratégica, bem como outras relativas à economia global, a ter em conta. O benefício económico — apenas um dos muitos fatores — foi discutido na imprensa empresarial de formas interessantes no início do período pós-Segunda Guerra Mundial. Entenderam que o país havia sido salvo da Grande Depressão graças a níveis gigantescos de gastos governamentais, tendo demonstrado enorme receio perante a possibilidade de estes virem a decrescer, avisando que o país se afundaria novamente na Depressão caso tal cenário se concretizasse. Uma discussão informativa na *Business Week* (12 de fevereiro de 1949) reconheceu que os gastos sociais poderiam surtir o mesmo tipo de efeito estimulante que os gastos militares, mas aponta que, para os empresários, «existe uma tremenda diferença social

e económica entre estimular os apoios sociais e estimular as forças armadas». Este último «não altera realmente a estrutura da economia». Para o empresário, é só mais uma encomenda. Mas os apoios sociais e os gastos em obras públicas «já alteram a economia. Criam novos canais próprios. Criam novas instituições. Redistribuem rendimento». Podemos acrescentar que a despesa militar praticamente não interfere na vida do público, enquanto a despesa social o faz com repercussões democratizantes. É por razões desta natureza que a despesa militar é largamente preferida.

Perscrutando esta questão da ligação entre o militarismo e a política cultural norte-americanos um pouco mais a fundo, parece-lhe que o aparente declínio da supremacia dos EUA na arena global tornará futuros presidentes americanos mais ou menos atreitos a propagar a guerra?

Os Estados Unidos atingiram o pico do seu poder após a Segunda Guerra Mundial, mas o declínio não demorou a fazer-se sentir, primeiro com a «perda da China» e mais tarde com o revivalismo de outras potências industriais e todo o seu curso doloroso de descolonização, bem como em anos mais recentes através de outras formas de diversificação do poder. As reações tomaram as mais diversas formas. Uma delas é o triunfalismo agressivo ao estilo de Bush. Outra será a reticência típica de Obama em utilizar forças de terreno. E existem muitas outras possibilidades. O sentimento popular nunca é de consideração menor, sendo antes algo que se espera sempre conseguir influenciar.

A esquerda deve apoiar Bernie Sanders quando ele se candidatar pelo Partido Democrata?

Penso que sim. A sua campanha tem produzido um efeito salutar. Levantou questões importantes que de outra forma seriam ignoradas e reposicionou os democratas num caminho ligeiramente mais progressista. As suas hipóteses de ser eleito dentro do nosso sistema de eleições compradas não são altas e, ainda que fosse eleito, ser-lhe-ia extremamente difícil efetivar quaisquer mudanças políticas significativas. Os republicanos não vão simplesmente sair de cena e, graças à sua prática de remapear os distritos eleitorais de forma que facilite a eleição de certos

candidatos, entre diversas outras táticas, deverão, no mínimo, controlar a Câmara dos Representantes, tal como têm conseguido em anos recentes, apesar de minorarem em número de votos, e terão provavelmente uma forte voz no Senado. Podemos sempre contar com os republicanos para bloquear qualquer passo, por mínimo que seja, numa direção progressista – ou até racional, diga-se. É importante que reconheçamos que já não se trata de um partido político normal.

De acordo com observações de analistas políticos do Instituto de Empreendimento Americano, uma instituição conservadora, o antigo Partido Republicano é agora «uma insurreição radical» que praticamente abandonou a política parlamentar, por razões interessantes sobre as quais não poderemos debruçar-nos aqui. Os democratas também se movimentaram para a direita, e os seus elementos centrais não se afastam muito dos republicanos moderados de anos anteriores – apesar de algumas das políticas de Eisenhower o colocarem no mesmo espaço do espetro político presentemente ocupado por Sanders. Adivinha-se muito pouco provável que Sanders reunisse apoio significativo no Congresso, e teria também muito pouco a nível estatal.

Mal me parece necessário apontar que as hordas de lobistas e doadores abastados dificilmente se tornariam suas aliadas. Até os passos ocasionais de Obama em direções progressistas foram, na sua maioria, bloqueados, embora possa ter havido outras motivações, nomeadamente o racismo; será difícil descrever outros termos a ferocidade do ódio que este presidente evocou. Em geral, na possibilidade improvável de que Bernie Sanders venha a ser eleito, estaria permanentemente de mãos atadas – a menos que, a menos que aconteça aquilo que acaba sempre por interessar mais: a menos que se desenvolvam movimentos populares em massa, dando origem a uma onda que ele pudesse navegar e que poderia (e deveria) impeli-lo a novas alturas que de outro modo não conseguiria atingir.

Isto traz-nos, penso, à parte mais importante da candidatura de Sanders – o facto de ter sido capaz de mobilizar um gigantesco número de pessoas. Caso estas forças consigam suster-se para lá da eleição, em vez de desvanecerem uma vez acabado o frenesim, poderão tornar-se no género de força popular de que o país tanto necessita se queremos lidar de forma construtiva com os enormes desafios que nos esperam.

Os comentários acima referem-se a questões de política interna, a área em que Sanders mais se concentrou. As suas perspetivas quanto à política externa parecem-me perfeitamente convencionais e adequadas a um democrata liberal. Pelo que vejo, não propôs nada de particularmente inovador; ao invés, faz algumas assunções que, parece-me, deveriam ser seriamente questionadas.

Uma questão final. O que diz àqueles que defendem a perspetiva de que pôr fim à «guerra contra o terror» é uma ideia ingénua e equivocada?

É simples: pergunto-lhes porquê. E outra questão ainda mais importante: porque é que acham que os Estados Unidos deveriam continuar a contribuir significativamente para a manutenção do terrorismo global sob a fachada de uma «guerra contra o terror»?

Temos duas escolhas: podemos ser pessimistas, desistir e, desse modo, ajudar a que o pior aconteça; ou, por outro lado, podemos ser otimistas, aproveitar as oportunidades que, seguramente, existem e, assim, começar a construir um mundo melhor. Não é uma escolha difícil.

Observador atento e crítico da sociedade e da política internacional, Noam Chomsky, numa série de entrevistas inéditas conduzidas por C. J. Polychroniou, percorre e sintetiza as bases de todo o seu pensamento político. O tom é de conversa informal, abarcando uma análise das temáticas e questões mais relevantes da atualidade, da União Europeia à administração Trump, do papel da religião na política à crescente polarização das classes sociais e ao meio ambiente, apontando caminhos diferentes para a construção de um mundo mais justo.

«Provavelmente, o mais importante intelectual dos nossos dias.»

The New York Times

EL SINORE

entre nós e as palavras

20|20 editora

ISBN 978-989-8864-26-0



9 78989 8864260

Não-ficção

YOU ARE WELCOME TO WWW.EL SINORE. PT